

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR EDUCATIVO DO MEMORIAL DA JUSTIÇA PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Mariana Jucá Rodrigues de Brito**
*Laura Rebeka Tavares de Souza***

Resumo:

O nosso trabalho trata da experiência profissional vivenciada por duas discentes de Museologia, estagiando no Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que é um espaço de memória do Poder Judiciário. Iremos abordar as práticas vivenciadas nesse espaço a partir da ótica da educação museal estudada em sala de aula, apresentando os dilemas do trabalho prático, mas também as conquistas obtidas durante esse processo de vivência como estagiárias em uma instituição do Poder Judiciário. Nosso processo de investigação advém da experiência vivida no cotidiano de nossa prática profissional em formação, a partir da realização de mediações com o público, participações em reuniões de planejamento e avaliação, confecção de produtos de mídia (folder, cartazes, vídeos) e planejamento estratégicos de novas ações para o museu. Ao final do período de um ano, constatamos algumas mudanças comportamentais dos profissionais do Memorial - e também de outros setores do TJPE -, sensibilização para a educação museal e patrimonial, além de uma maior integração entre as equipes que trabalham nesse espaço.

Palavras-chave: Relato de experiência. Educação museal. Prática profissional. Educativo. Mediação cultural.

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de duas discentes de Museologia estagiando no Memorial da Justiça de Pernambuco, descrevendo as atividades, e também expondo os problemas e desafios encontrados durante esse período. Entretanto, vale ressaltar que esses desafios surgem por termos sempre como um norte em nossas ações o objetivo de incentivar a aproximação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça (TJPE), por meio de projetos com ênfase na educação museal e patrimonial, desenvolvidos de forma dinâmica, participativa e acessível.

* Graduanda do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Departamento de Antropologia e Museologia. Email: mariana.juca@ufpe.br.

** Graduanda do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Departamento de Antropologia e Museologia. Email: laura.tavares@ufpe.br.

Por sua vez, foi assim que nós duas, atuando como estagiárias do Memorial da Justiça e inseridas em um espaço de diálogo aberto, recebemos o incentivo do nosso supervisor para produzir um documento que registrasse os avanços em nossas práticas profissionais, e também as limitações que nos foram impostas durante esse processo. Dessa forma, o encorajamento que nos foi dado colaborou para a produção efetiva desse documento em forma de relato, sendo este muito importante por servir inclusive como uma avaliação do nosso trabalho nesse período de tempo de estágio.

Por entendermos a importância de termos determinados conceitos como balizadores de nossas ações com o intuito de garantir o bom desempenho de uma educação museal, mesmo que nem sempre consigamos colocá-los completamente em prática, paralelamente às questões inicialmente colocadas, acreditamos que é preciso destacar aqui um dos conceitos de educação museal, processo educativo que norteia as atividades que desempenhamos e que iremos descrever ao longo do texto.

A equipe do educativo do Memorial busca seguir diretrizes e princípios reconhecidos internacionalmente e também aqueles que estão presentes na Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Então, levando em consideração o conceito de educação museal presente no Caderno da PNEM, acreditamos que

a Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu. (COSTA; CASTRO; CHIOVATTO; SOARES, 2018, p.73).

Constatamos que nossa prática se envolve com esse pensamento, mas, em outra medida, deparamos-nos com dilemas enfrentados em relação ao que de fato conseguimos realizar, em razão da instituição ser conservadora, hierarquizada e rígida. A partir disso, chegaremos ao nosso ponto principal: constatar em que medida as ações da educação museal são colocadas efetivamente em prática no Memorial de Justiça, bem como as conquistas desse processo que resultaram em ações

inovadoras para esse espaço.

Quando começamos o programa de estágio no TJPE, encontramos alguns desafios: inicialmente, precisamos compreender a gama de relações do Poder Judiciário e onde o Educativo se encaixaria dentro desse contexto. Depois, percebemos a necessidade de conectar as funções e as pessoas que as desempenhavam, vindas de um longo período de trabalho remoto, rodízios e desencontros. Daí então, o desafio passou a ser o de desenvolver meios de promover maior integração entre os diversos profissionais e facilitar a continuidade das atividades desempenhadas pelo Memorial.

A partir da ação de integração que fizemos com intuito de reunião e apresentação de cada funcionário do Memorial, foi visto como a multidisciplinaridade dos setores beneficia o desenvolvimento do trabalho em um museu, promovendo a ampliação da visão sobre as mediações e práticas realizadas. A multidisciplinaridade incentiva também, por exemplo, o desenvolvimento de um plano educativo mais abrangente e diversificado, além de possibilitar práticas que frequentemente não se imaginam em espaços como o de um Tribunal de Justiça, como mediações mais participativas nos três espaços de memória do Tribunal: o Palácio da Justiça, o Memorial de Justiça e o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. Nesses espaços são desenvolvidas funções muito distintas, mas que se complementam e se articulam por meio da atuação do Educativo.

A nossa atuação tem como objetivo fortalecer a memória do Judiciário a partir da conexão desses espaços, com a educação e participação social em destaque, sendo uma potencial ferramenta de gestão capaz de diminuir a dificuldade em relação à dureza estrutural do TJPE, que, por vezes, dificulta a dinâmica das relações e diálogos que precisamos desenvolver. Em vista disso, esse trabalho se mostra muito importante. Futuramente - muito em breve, por conta do tempo curto do programa de estágio - não estaremos mais atuando na instituição, e esse é mais um motivo para considerarmos esses instrumentos como fundamentais para que outros estagiários consigam dar continuidade à execução dos trabalhos, realizando a articulação entre os espaços onde o Memorial da Justiça desempenha suas atividades.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NO MEMORIAL E SEUS DILEMAS

A essa altura do texto, faz-se necessário apresentar o espaço em que vivenciamos essa experiência profissional: o Memorial da Justiça.

O Memorial, enquanto centro de memória e pesquisa, busca cumprir com a atual definição de museu, segundo o Conselho Internacional de Museus - ICOM, em vigor desde 2022, que diz que

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (CONSELHO..., 2022).

Buscando cumprir com suas competências enquanto centro de Memória do Poder Judiciário de Pernambuco, o Memorial realiza trabalhos no âmbito dos museus e arquivos, tendo como interesse a salvaguarda e comunicação da sua história por meio dos processos judiciais existentes em seu acervo documental. E “tem como função principal guardar, preservar, catalogar e divulgar a documentação histórica da Justiça pernambucana, de modo a disponibilizar seu acervo documental à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral” (PORTAL DA MEMÓRIA, 2022). Com o intuito de ser um espaço cultural vinculado ao Poder Judiciário, é reservado para exposições, cursos, palestras e seminários relacionados à História, Direito e Cultura, buscando assim oferecer aos visitantes um panorama da história da Justiça em Pernambuco.

Esse acervo se constitui por processos judiciais do século 18 até a metade do século 20, que se tornaram fontes históricas e identificam questões histórico-sociais ainda relevantes nos dias de hoje, como a escravidão, o cangaço, a violência contra a mulher, entre outros. Eles são referências essenciais para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como também na produção e comunicação da exposição exibida no Memorial. E ainda funcionam como objetos mediadores, que, em conjunto com as diretrizes do nosso Plano Educativo, são

ferramentas que colaboram para suscitar reflexões e diálogo entre os visitantes e a equipe do museu.

Em janeiro de 2022 iniciamos nossas funções no Memorial, durante a flexibilização das medidas restritivas da pandemia de covid-19, encontrando um setor educativo totalmente parado e com as suas atividades desestruturadas e, por conta disso, notamos a necessidade de uma reestruturação. Dentre as atividades designadas à nossa equipe, estávamos responsáveis quase que somente pela realização de visitas mediadas nos espaços museais do TJPE: o Memorial da Justiça e o Palácio da Justiça.

A equipe do educativo tem uma formação diversa e interdisciplinar e é composta por um auxiliar judiciário e museólogo, uma estagiária de Pedagogia, duas estagiárias de Museologia e um estagiário de História - já contou também com uma estagiária de Direito, que fez parte da equipe por alguns meses, mas deixou o Memorial para trabalhar em outra instituição. Diante do exposto anteriormente e do entendimento da importância da interdisciplinaridade dentro da instituição museal, essa equipe pode ser ainda ampliada e variada em atuações, o que resultaria numa diversificação maior de perspectivas, expandindo nosso potencial e qualidade de atuação.

Assim, compreendemos que, para cumprir sua missão, o Memorial precisa se desenvolver como um lugar que permita o diálogo, sendo um espaço onde as pessoas entrem em contato com diversas perspectivas diante de uma mesma temática, favorecendo a construção de pensamentos críticos e reflexões para todos, interdisciplinarmente. Preocupando-se com a valorização da pessoa independentemente de seu contexto, sua história, suas crenças, ou suas limitações. Nós buscamos em nossa atuação diminuir as distâncias entre a sociedade e o Judiciário, e pensamos que pode ser a partir da criação de novas formas de apresentar esse acervo e essa memória que conseguiremos aproximar mais pessoas.

Com o passar do tempo, construímos confiança no relacionamento com a gerência do Memorial e nos foi dada certa autonomia para assumir responsabilidades e planejar atividades inovadoras. Isso foi muito importante, pois pudemos aprender

por meio da execução de tarefas diversificadas, tais como: produções de material de divulgação - folders, cartazes e vídeos -, novas propostas de ações de mediação - como por exemplo, ações inclusivas para pessoas com deficiência, mediação para grupos de servidores do TJPE e colaboradores terceirizados que prestam serviços de limpeza e manutenção, principalmente -, atividades junto a escolas públicas de ensino médio, participações em reuniões, etc. E além disso, em especial, tivemos a oportunidade de estar à frente do projeto de criação e desenvolvimento de uma exposição para um novo espaço museal da instituição.

Por meio do nosso trabalho diário, conseguimos também sensibilizar outros setores do TJPE para a compreensão da importância das ações museais realizadas pelo Memorial da Justiça. E de certo modo foi a atuação de toda a equipe, por meio de ações de mediações, que facilitou essa mudança de pensamento. Isso é muito positivo porque percebemos a diminuição das barreiras atitudinais - que se constituem como uma das grandes dificuldades encontradas por nós -, favorecendo o dia a dia de trabalho do Memorial e conseqüentemente a execução de suas atividades com um maior êxito.

Só conseguimos chegar a esse ponto de reflexão e análise a partir do método da observação participante, que como define o autor Otávio Cruz Neto, em seu texto,

[...] realiza-se por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidas por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (CRUZ NETO, 2001, p.60).

Fora a vantagem de sermos participantes de todo o processo, pudemos pesquisar no material produzido por nós - os produtos, registros fotográficos, pautas de reuniões, relatórios -, que serve como documento, e também por conta do que aprendemos com as visitas técnicas em diversos espaços de memória e exposições

na cidade do Recife.

Um dos maiores interesses do Educativo se concentra em desenvolver relação de interação entre o público escolar e o Memorial. Por conta disso, busca-se criar parcerias com professoras e gestoras de escolas públicas localizadas no centro da cidade do Recife, como por exemplo o Ginásio Pernambucano, a Escola de Referência em Ensino Médio Dom Bosco, entre outras. Apesar dos entraves burocráticos - para conseguir o transporte dos alunos e com a necessidade da assinatura de um termo de permissão de imagem -, as duas ações foram realizadas com sucesso. Esse elo entre o museu e as professoras colaborou para que o Memorial fosse escolhido como espaço para realização do evento de premiação de um Concurso de Desenhos desenvolvido pela Escola de Referência Dom Bosco, onde aconteceram atividades como declamações de poemas, apresentações musicais e entrega de prêmios.

Aqui já está claro que nosso trabalho também consiste na tentativa de agir sempre de acordo com os princípios da educação museal, e ao mesmo tempo considerando os preceitos reconhecidamente importantes no campo dos museus. Dentro das possibilidades que nos são dadas, buscamos fazer uma museologia social, e

[...] quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 17).

Não conseguimos colocar em prática tudo que gostaríamos, mas o que aprendemos durante esse período deve ser considerado como uma conquista importante. E assim, independentemente da instituição que formos trabalhar futuramente, devemos continuar perseguindo ideais que nos aproximem de uma gestão democrática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos algumas mudanças comportamentais dos profissionais do Memorial, nos aspectos de uma democratização maior no trabalho, sensibilização para a educação museal e patrimonial, além de abertura para questões referentes à preservação do patrimônio, percepção sobre a importância da educação museal e uma maior integração entre as equipes. Mas em outra medida é preciso dizer que ainda encontramos resistência, falta de compreensão do valor do patrimônio e desconhecimento sobre conceitos atuais e relevantes no âmbito da Museologia por parte de outras instâncias do TJPE.

Compreendemos que não é fácil democratizar os espaços museais em instituições com questões de hierarquia e conservadorismo, e também sabemos que a organização judicial conduz a uma visão tradicional e patrimonialista de seus espaços culturais. Durante essa experiência de trabalho vimos que a estrutura judicial interfere muito na instituição museológica/patrimonial do Judiciário. No entanto, a nossa presença nesse campo e a contribuição das nossas visões sobre a Museologia social (CHAGAS; GOUVEIA, 2014) e a partir da educação museal traz, sem dúvidas, um confronto. Apesar disso, conseguimos conquistas significativas que resultaram em atividades que antes não eram realizadas no TJPE, e isso foi muito importante.

E, portanto, foi pensando na continuidade da realização dessas atividades que nós registramos e documentamos tudo que fizemos. Pois, mesmo com o encerramento de nosso período de estágio e a nossa saída da instituição, a nova equipe do educativo estará a par do que foi feito ao longo desses 18 meses e terá um norte para realizar seu trabalho.

O exercício de escrever esse relato mostra, durante o processo, o quanto é necessária para qualquer atividade profissional a constante preocupação por unir teoria e prática, pois ajuda a refletir criticamente sobre o trabalho que tem sido produzido. Isso pode trazer novo prisma de análise, facilitando a percepção de novas necessidades da instituição, onde devem acontecer melhorias na atuação profissional, e a busca por novas estratégias de ação.

Por fim, acreditamos que o produto do nosso trabalho trará frutos e servirá de base para os profissionais que ocuparem essas funções no futuro.

THE CONTRIBUTION OF THE EDUCATIONAL SECTOR OF THE MEMORIAL OF JUSTICE TO THE COURT OF JUSTICE OF PERNAMBUCO: AN EXPERIENCE REPORT

Abstract:

Our study explores the professional experience of two museology students during their internship at the Memorial of Justice of the Court of Justice of Pernambuco (TJPE), which works as a place dedicated to preserving the memory of the judiciary. We will approach the practices experienced in this place from the perspective of the museum education as we learned in classes. This paper presents both the challenges faced during practical work, but also the accomplishments achieved throughout our internship, highlighting the dynamics of working at a judicial institution. Our research methodology is grounded in the daily experiences of our professional development, due to the realization of cultural mediations with the public, participation in planning and evaluation meetings, creation digital media products (including folders, posters, and videos), and strategic planning of new education activities for the museum. As the year-long internship concluded, we observed real behavior changes of the Memorial's workers, as well as at other departments within TJPE, including a heightened appreciation for museum education and heritage preservation, as well as improved integration among the teams that work in this institution.

Keywords: Experience report. Museum education. Professional practice. Museum education sector. Cultural mediation.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa. Educação Museal: conceitos, história e política. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. Disponível em: <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2022/03/2020-educacao-museal-volume-3-paginas-1-87-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas: à guisa de apresentação. Cadernos do CEOM, Santa Catarina, v. 27. p.9-22. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2592/1523>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Nova Definição de Museu. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 15 jul. 2023.

COSTA, Andréa; CASTRO, Fernanda; CHIOVATTO, Milene; SOARES, Ozias. Educação Museal. In: CADERNO da PNEM. Brasília: Ibram, 2018. p.73-77. Disponível em:

https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2656/caderno_da_politica_nacional_de_educacao_museal.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 51-66. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

PORTAL DA MEMÓRIA. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://www.tjpe.ius.br/web/portal-da-memoria/memorial-da-justica/apresentacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.